

Aumenta o cerco junto a estatais

Novos projetos de desenvolvimento de empresas estatais, acima de determinado valor, só poderão ser iniciados com expressa autorização do presidente da República. E a partir de agora será ampliada a participação da iniciativa privada no conselho de administração das estatais.

Essas são algumas das medidas que o governo anunciará, no âmbito do pacote das estatais. Também será anunciado um elenco de 24 medidas de contenção de despesas. E programas sociais que prevê em gastos de Cr\$ 1 trilhão só na distribuição de leite para crianças até sete anos.

As principais medidas do pacote são as seguintes:

ESTATAIS

1. Corte real de 10% nos gastos com pessoal em 1986, em comparação aos gastos efetuados este ano.

2. Proibição para a contratação de novos funcionários, até julho de 1986, ressalvadas as exceções determinadas pela lei, como contratações para os serviços operacionais.

3. Corte de 20% nos gastos com contratação de serviços — assessorias, projetos, consultorias, pessoal de limpeza etc.

4. Auditorias e consultorias para uma série de empresas estatais, sobretudo as do setor produtivo, que hoje apresentam sérias deficiências.

5. Redução de outras despesas indiretas.

6. Proibição de locação ou renovação de contratação de veículos.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

7. Corte de 10% no custeio.

8. Proibição de criação de novos órgãos públicos ou de novos cargos administrativos.

9. Proibição na utilização de veículos. Agora só terão carro oficial à disposição o ministro, o secretário-geral e os presidentes de estatais. Existe atualmente só em Brasília cerca de 2.650 carros oficiais, registrando um excesso de mais de 700 em relação ao que foi autorizado.

10. Criação do Conselho Interministerial de Remuneração e proventos (Cirp), para acompanhar os gastos com salários da administração direta, principalmente vantagens e remunerações indiretas. Um terço dos gastos do governo federal é com pessoal.

11. Limitação do número de horas extras.

12. Criação de uma comissão que, em curto prazo, detalhará quais os órgãos públicos que deverão ser extintos ou fundidos. Essa comissão será dirigida pela Seplan e Ministério da Administração.

13. Os gastos com salários na administração direta não poderão apresentar aumento real no próximo ano, comparado a 1985.

UNIFICAÇÃO

A unificação do INPC e do IGP representa um passo a mais do atual governo para aproximar a correção salarial da taxa de inflação, que até agora podia ser maior ou menor dependendo do comportamento do custo de vida, do custo nacional da construção e dos preços por atacado. Nem sempre o INPC, que representa os preços de uma série de produtos pagos pelos consumidores em diversos pontos do País, correspondia ou pelo menos se aproximava da inflação.

O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, já havia anunciado recentemente duas medidas no sentido de tornar os reajustes salariais mais realistas. A primeira foi a alteração do critério do INPC para a correção dos salários. Até agora, o reajuste salarial era feito com base no INPC de dois meses atrás. Esse critério ainda será utilizado em dezembro, quando salários e aluguéis serão reajustados pelo INPC de outubro.

A partir de janeiro, o índice utilizado será o do mês imediatamente anterior, no caso o de dezembro. Com isso, o INPC semestral de novembro não terá nenhum impacto sobre salários e aluguéis. Além da alteração desse critério, Funaro criou um conselho de acompanhamento dos cálculos do índice. Desse conselho, participam representantes de trabalhadores, dos empregadores e profissionais liberais.